

Ensino remoto e acessibilidade na educação de surdos: uma análise crítica decolonial da plataforma “Se Liga Na Educação”

RESUMO

André Luis Santos de Souza

andreconatus@gmail.com

0000-0002-5293-816X

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Ana Carolina Carmo Leonor

ana.carmoleonor@gmail.com

0000-0002-6178-1504

Universidade Estadual de Londrina,
Londrina, Paraná, Brasil.

Ana Luisa Borba Gediel

ana.gediel@ufv.br

0000-0001-5755-2592

Universidade Federal de Viçosa, Viçosa,
Minas Gerais, Brasil.

O fechamento das escolas e a substituição temporária do sistema presencial para o sistema de ensino remoto devido a pandemia COVID-19 expôs desafios e obstáculos a serem enfrentados na esfera educacional. A adequação para esta nova realidade escancarou a grande desigualdade em termos de recursos para a implementação do regime remoto. Com base na teoria decolonial, buscamos refletir de forma crítica em relação ao histórico de exclusão educacional dos alunos Surdos. Assim, analisou-se o material didático bilíngue produzido pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais e disponibilizado online na para atender os Surdos durante o período remoto. Como percurso metodológico foram investigadas as videoaulas da Plataforma “Se liga na Educação” para identificar e compreender o material voltado para os alunos Surdos, que utilizam a Libras como a primeira língua (L1). Concluímos com a análise das videoaulas, que o material em Libras pode ser considerado um avanço tanto legal quanto sociocultural no contexto da educação para estudantes surdos. Entretanto, ainda há muitas lacunas que impossibilitam um acesso equitativo aos conteúdos escolares dos alunos surdos. Observou-se que a falta de legendas nos vídeos pode criar algumas barreiras. Além disso, identificou-se uma lacuna relativa à ausência dos conteúdos programáticos definidos pela Base Nacional Comum Curricular, no caso limitando-se a alguns conteúdos da língua portuguesa e da disciplina de Libras.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Remoto. Libras. Plataforma Digital.

INTRODUÇÃO

Com o avanço dos casos de contágios e mortes do novo coronavírus, causador da doença COVID-19, em 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. A partir desse momento se instaurou um protocolo sanitário e medidas de distanciamento e prevenção do contágio foram estabelecidas. Entre essas medidas, ocorreu a solicitação para o fechamento das escolas e universidades devido às exigências para o distanciamento social.

No Brasil, conforme previsto na Portaria nº 343 publicada no dia 18 de março de 2020 no Diário Oficial da União (DOU), foi protocolada “a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais durante a pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19”. Em seu artigo 1º, a portaria autoriza a utilização das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) nos processos de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2020). Essa foi uma ação gradativa que ocorreu em escolas públicas e privadas em todos os estados brasileiros ao longo do ano de 2020 e 2021.

É inegável que os avanços das TDIC impactaram de modo significativo na sociedade brasileira. As tecnologias de comunicação possibilitaram novos fenômenos sociológicos, como interações e ações sociais à distância (CASTELLS, 1999). Antes mesmo do período pandêmico, Gadotti (2000), descreveu um novo mundo globalizado e informatizado, o qual exigiu que muitas áreas, como a da educação, revisassem conceitos, métodos e paradigmas para suprir as demandas do ensino, levando em consideração as tecnologias digitais e as estratégias de aprendizagem.

Refletir sobre o impacto do fechamento das escolas e a substituição temporária do sistema presencial para o sistema de ensino remoto expôs desafios e obstáculos enfrentados por gestores educacionais, estudantes e familiares. A adequação para esta nova realidade escancarou a grande desigualdade em termos de recursos para a implementação do regime remoto. Stevanim (2020) descreve que o contexto educacional desvelou desigualdades sociais colocadas agora também em termos de desigualdades digitais, devido à escassez de acesso a computadores, tablets e celulares conectados à internet.

As disparidades envolvendo classe social, etnia, regionalidades, rural/urbano, especificidades de aprendizagem linguísticas e culturais foram acentuadas durante as atividades remotas de ensino (CARNEIRO *et al.*, 2020). O período remoto também despertou discussões a partir de diferentes movimentos sociais, considerando que o acesso à educação deve ocorrer de forma plena conforme as necessidades básicas de aprendizagem e direito do aluno. A reivindicação dos movimentos é legítima e segue os parâmetros da universalização do acesso à educação como direito de todas as pessoas, independentemente de sua condição (UNESCO, 1990; BRASIL, 2007).

Além das orientações da Unesco, o Brasil possui uma trajetória legal que busca por equidade para o acesso escolar de todas as pessoas. A Lei Federal nº 9.394 de 1996 que trata das Diretrizes e Bases da Educação destaca a modalidade educação especial, voltada para atender as necessidades diferenciadas de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência (BRASIL, 1996).

Com o advento do século XXI, as políticas educacionais brasileiras passaram a ser construídas em relação ao contexto sociocultural dos alunos surdos, baseadas em suas experiências linguísticas e corporais particulares. Nesse sentido, o termo “comunidade Surda” passa a ser considerado êmico e a palavra “Surdo” com letra maiúscula a se referir às aquelas pessoas que se reconhecem enquanto uma particularidade étnico linguístico e cultural vinculado à língua de sinais (PADDEN; HUMPHRIES, 2006; ASÊNSIO, 2015).

No caso do atendimento aos alunos Surdos é preciso levar em consideração as especificidades linguísticas e culturais. Nesse sentido, é adotada uma perspectiva bilíngue e bicultural voltada para a educação do alunado surdo (QUADROS, 2006). Com isso é necessário o uso de estratégias de ensino e de aprendizagem de acordo com a língua nativa dos estudantes, que neste caso trata-se da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como sua primeira língua de instrução – L1 (espontânea) e a escrita da língua portuguesa como segunda língua – L2 (aprendida de modo não espontâneo).

Em âmbito nacional foi aprovada em 2002 a Lei nº 10.436 que reconheceu a Libras como forma de comunicação e expressão, bem como os demais recursos linguísticos associados a ela (BRASIL, 2002). Essa pode ser considerada uma das maiores conquistas da comunidade surda brasileira. Esse dispositivo legal foi um marco importante para a criação do Decreto nº 5.626, de 2005, que estabeleceu a inclusão da Libras nos currículos acadêmicos de todos os cursos de licenciaturas das Instituições de Ensino Superior brasileiras e regulamentou o ensino bilíngue (BRASIL, 2005).

A legislação abre caminhos para fomentar a educação inclusiva e, ao mesmo tempo, apresentar as diretrizes para a educação bilíngue. A educação bilíngue permanece sendo vista como a educação almejada pelos Surdos (SILVA *et al.*, 2018). Entretanto, muitas vezes, a educação básica inclusiva apresenta desafios e limitações para que de fato se possa praticar o bilinguismo. Logo, frente às demandas de equidade educacional dos estudantes Surdos, os desafios já existentes somaram-se aos novos impostos pela pandemia. Nesse sentido, o presente artigo questiona as ações voltadas para garantir a acessibilidade de alunos Surdos aos conteúdos voltados à Educação Básica pública, englobando o Ensino Fundamental II e Ensino Médio, no contexto da educação remota no Estado de Minas Gerais (MG).

O governo do Estado de Minas Gerais criou a plataforma intitulada “Estude em casa”, que apresenta um conjunto de materiais e alternativas para o regime de estudo não presencial. A partir dela é possível acessar o programa televisivo denominado “Se Liga na Educação”, o qual é transmitido pela Rede Minas, no turno da manhã, de segunda a sexta-feira. A Rede Minas é uma rede de televisão pública brasileira sediada em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. Pertence à Empresa Mineira de Comunicação, órgão do governo estadual. Na Plataforma também é possível acessar os cadernos didáticos denominados “Planos de estudos tutorados” voltados para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio, além de guias práticos elaborados como apoio à organização, gestão de atividades remotas e a acessibilidade de pessoas com deficiência. Além disso, é possível encontrar vídeos aulas gravadas em Libras e disponibilizadas no formato *online* através de *links* do *Youtube*.

A partir desse escopo, o recorte de dados e análises mobilizadas no presente estudo refere-se aos vídeos disponíveis na aba da Plataforma denominada “Se liga na Libras”. Por meio dela é possível acessar os vídeos contendo conteúdos bilíngues. A plataforma “Se Liga na Educação” foi selecionada como objeto de estudo para este artigo. Buscou-se analisar o material didático bilíngue produzido pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais e disponibilizado *online* para atendimento dos alunos Surdos matriculados durante o período de ensino remoto.

Como percurso metodológico foram investigadas, a partir de uma análise crítica decolonial, as videoaulas referentes aos conteúdos desenvolvidos para os estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio disponibilizados em Libras. O estudo buscou identificar e analisar o material voltado para os alunos Surdos, que possuem a Libras como primeira língua (L1). Na seleção dos vídeos utilizou-se como critério de inclusão para análise aqueles que traziam a Libras como língua principal; os vídeos excluídos da análise foram aqueles gravados em português como língua principal e contendo a janela em Libras gravada durante a interpretação simultânea das aulas.

Com os vídeos selecionados e catalogados, foram revisitados os marcos legais e a discussão da vertente crítica decolonial, para refletir sobre os avanços e as limitações encontradas na plataforma “Estude em Casa” e, conseqüentemente, a acessibilidade dos estudantes Surdos, matriculados na rede regular de ensino durante o período remoto. A perspectiva decolonial (MIGNOLO, 2014; SCHUBERT; PEREIRA, 2019; WALSH, 2009; WALSH *et al.*, 2018) apoiou na compreensão e resolução do objetivo desta pesquisa, no sentido de refletir de forma crítica o presente a partir dos processos históricos, colonizadores e de exclusão educacional enfrentada pelos Surdos.

ASPECTOS DECOLONIAIS COMO MEIO TRANSFORMADOR DE PRÁTICAS EDUCACIONAIS

O campo da educação no Brasil vem rediscutindo as temáticas clássicas como currículo, didática, formação docente, cultura escolar e etc. As discussões em torno dos desafios para superação das desigualdades e das discriminações raciais, de gênero, de sexualidade e de cunho religioso têm sido pauta dos movimentos sociais, políticos e educacionais. Desse modo, ao ressignificar as práticas no espaço educacional conseqüentemente os direitos são reconhecidos e assegurados, valorizando as diferenças e buscando promover justiça e equidade social. As ações realizadas pelos diferentes movimentos sociais e endossadas pelos intelectuais da teoria decolonial se aproximam das questões pontuadas que problematizam visões teóricas eurocêntricas (WALSH *et al.*, 2018).

Refletir sobre a decolonialidade é preciso compreender como as pessoas estão inseridas na sociedade e colocadas em determinadas posições e condições sociais. Conforme Mignolo (2014), trata-se de uma estrutura que nos mantém e nos classifica enquanto seres com distinções variadas, como por exemplo as linguísticas, de raça, classe, gênero e credo. Esses marcadores sociais da diferença servem para oprimir e para justificar processos de dominação de um grupo social sobre outros. No bojo dessa problemática o presente trabalho parte do argumento de que a herança colonial marcou o entendimento da pessoa surda pela ótica da

deficiência, não reconhecendo esses sujeitos como biculturais/bilíngues (BISOL; SPERB, 2010).

A proposta epistemológica proporcionada pelas discussões decoloniais é possível ver os Surdos como um grupo linguístico étnico cultural particular colocasse na contramão de uma visão clínica-terapêutica ouvintista. Há, portanto, uma mudança conceitual e pragmática no modo de perceber esse grupo de alunos. Eles passam a ser compreendidos no ambiente escolar não mais pelo viés do oralismo e do capacitismo, mas sim a partir da perspectiva bilíngue. Levando em consideração a educação dos Surdos dentro da perspectiva inclusiva e bilíngue, convém destacar a opressão linguística colonizadora da língua falada e da cultura majoritária dos ouvintes. Essa opressão dificulta o acesso aos conhecimentos prioritários da educação básica, visto que sem uma construção linguística adequada os processos de construção de significados são impactados (ALVES *et al.*, 2019).

No Brasil os movimentos sociais, políticos e intelectuais ligados às comunidades surdas alcançaram o reconhecimento legal da Libras. Por meio da Lei nº 10.436 esta língua foi reconhecida com a composição de uma estrutura gramatical própria, utilizada como meio de comunicação/expressão dos Surdos (BRASIL, 2002). A partir desse momento, com o reconhecimento do status linguístico da Libras, os usuários da língua vêm buscando romper com barreiras comunicacionais e sociais, modificando a percepção identitária da sociedade em relação ao Surdo.

Schubert e Pereira (2019) apresentam os desafios e limitações para uma educação bilíngue. Os autores apontam que existem algumas práticas bilíngues, entretanto não há um formato estabelecido. Dentre as práticas bilíngues, a formação de professores voltada para o ensino dos Surdos por meio de cursos superiores (SCHUBERT; PEREIRA, 2019, p. 172), que reconhecem na formação de professores a necessidade da inclusão da temática da educação bilíngue e bicultural dos Surdos (GEDIEL *et al* 2020). Há na formação de professores e demais práticas educacionais, a necessidade de rompimento de paradigmas e de noções naturalizadas para a superação de padrões preestabelecidos hierarquicamente (PARDO, 2019). Desse modo, os estudos que seguem uma orientação decolonial buscam um rompimento de paradigmas estruturais pré-estabelecidos, os quais podem provocar mudança nos padrões enraizados que propiciam desigualdades (WALSH, 2009).

Historicamente mulheres, classes sociais menos abastadas, homossexuais, minorias étnicas, linguísticas e pessoas deficientes têm sido rotineiramente marcadas por práticas educacionais que não possuem relação direta com o mundo experimentado e percebido por elas (BOVEDA; MCCRAY, 2020). Nessa lógica, o ambiente escolar não é capaz de se vincular aos contextos socioculturais e linguísticos ligados às minorias sociais. Especificamente, a realidade social dos Surdos, na maioria das vezes, não é representada nos currículos educacionais e nem nas práticas escolares, ocasionando defasagem no processo de ensino-aprendizagem dos alunos Surdos (MARILENE; MEYER, 2016; ZANACANARO; ZANACANARO, 2016).

Portanto, mesmo com a existência de um conjunto de leis e decretos, o processo de inclusão dos alunos Surdos vai além da legislação e dos documentos oficiais, requer práticas pedagógicas e materiais didáticos que levem em

consideração a identidade linguística e cultural do aluno. Nesse sentido, por meio do uso da Libras como língua de instrução, o processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos escolares deve considerar também materiais adequados às necessidades particulares desses alunos. É fundamental que o aluno seja reconhecido como central no processo educacional, adaptando os conteúdos curriculares e as metodologias conforme a sua realidade e não o inverso.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo é baseado em uma pesquisa qualitativa exploratória. Segundo Minayo (2012) os métodos e técnicas vinculados à pesquisa qualitativa preservam suas características de forma investigativa e interpretativa (MINAYO, 2012). Nesse sentido, o movimento investigativo permite que se construa um objeto e um tema de estudo afastado de certos julgamentos de valores do senso comum, buscando aprofundar o entendimento de sua complexidade submersa. Para tanto, os esforços teórico-metodológicos da pesquisa devem considerar a interseccionalidade entre a epistemologia, a metodologia e a teoria adequada para ajudar nas análises dos dados. Esse tipo de pesquisa é importante para reconstrução crítica dos dados, o que permite inferências e conclusões dedutivas e indutivas (HELDER, 2006).

Para a coleta de dados foi utilizada a plataforma *online* da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. Especificamente, a plataforma “Se liga na Educação” e as videoaulas bilíngues produzidas para atender aos alunos Surdos durante o ensino remoto. Cabe ressaltar que as pesquisas em ambientes virtuais estão em expansão e avançam em sua sistemática na mobilização de técnicas e instrumentos de coleta e de análise de dados extraídos *online* (GELLER, 2004).

No primeiro momento da pesquisa ocorreu o mapeamento, a catalogação e a descrição dos materiais presentes na plataforma *online*. A seleção dos dados teve como parâmetro analisar todos os vídeos que possuíam a Libras como língua principal e relativos aos conteúdos das disciplinas de Libras e língua portuguesa, voltados para os estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Não foram analisadas os vídeos produzidos em português como língua principal, mesmo quando os vídeos possuíam janela em Libras.

Foram identificados e catalogados 34 vídeos que possuíam a Libras como primeira língua, disponíveis na plataforma “Se liga na Libras”. Os vídeos, quando acessados na plataforma, são reproduzidos através do canal no *Youtube* “Estúdio Educação MG”, atualmente com 87,4 mil inscritos. Com base nesse *corpus* de dados foram traçadas as análises referenciadas na teoria decolonial.

O conteúdo de análise foi dividido de acordo com o nível de ensino: Ensino Fundamental II e Ensino Médio. O material utilizado e disponibilizado pelo Estado foi averiguado de acordo com as especificidades educacionais dos estudantes Surdos, buscando as potencialidades e as lacunas do processo de ensino e aprendizagem desses alunos nas salas de aula regulares no contexto atual de ensino remoto.

ANÁLISE CRÍTICA DA PLATAFORMA VIRTUAL E DAS VIDEOAULAS BILÍNGUES

Na plataforma “Estude em Casa”, no índice “Se liga na Libras” encontram-se as videoaulas bilíngues. Por meio de *hiperlinks* é possível acessar os vídeos hospedados no *Youtube*. Os vídeos estão identificados conforme a disciplina, o nível de ensino e a temática abordada. Foram identificados 34 vídeos bilíngues, destes 21 foram destinados aos alunos do Ensino Fundamental II e 13 voltados para o público do Ensino Médio. Abaixo encontra-se o quadro contendo a identificação das videoaulas catalogadas por ano/série, disciplina e conteúdo:

Quadro 1 – Conteúdo do Ensino Fundamental II

Item	Série/Ano	Disciplina - Conteúdo
1	4º Ano	Português L2: Carta de Reclamação - Aula 1
2	4º Ano	Português L2: Tirinha - Aula 2
3	4º Ano	Português L2: Texto - Aula 3
4	4º Ano	Português L2: Estrutura textual - Aula 4
5	5º Ano	Português L2: Cartum - Aula 1
6	5º Ano	Português L2: Carta Pessoal (Parte II) - Aula 3
7	5º Ano	Português L2: Resenha Crítica - Aula 4
Item	Série/Ano	Disciplina - Conteúdo
1	4º Ano	LIBRAS: História Cultural
2	4º Ano	LIBRAS: História Cultural
3	5º Ano	LIBRAS: Comunidade Surda
4	5º Ano	LIBRAS: Lendas em Libras - Aula 2
5	6º Ano	LIBRAS: Movimentos Surdos - Aula 1
6	6º Ano	LIBRAS: Movimentos Surdos - Aula 1
7	6º Ano	LIBRAS: Narrativa em Libras - Aula 2
8	7º Ano	LIBRAS: - Surdo e Língua de Sinais - Aula 1
9	7º Ano	LIBRAS: - Surdo e Língua de Sinais - Aula 1
10	7º Ano	LIBRAS: - Classificadores - Aula 2
11	8º Ano	LIBRAS: - Pronomes - Aula 2
12	8º Ano	LIBRAS: História Cultura Surda
13	9º Ano	LIBRAS: - Advérbios Tempos - Aula 2
14	9º Ano	LIBRAS: Vida Esportiva - Aula 1

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quadro 2 – Conteúdo do Ensino Médio

Item	Série/Ano	Disciplina – Conteúdo
01	1º Ano	Português L2: Redes Sociais - Aula 1
02	1º Ano	Português L2: Classe das palavras: Os Verbos - Aula 2
03	2º Ano	Português L2: O uso do E-mail - Aula 1
04	2º Ano	Português L2: Escrevendo um E-mail - Aula 2
05	3º Ano	Português L2: Currículo - Aula 1
06	3º Ano	Português L2: Endereço - Aula 2
Item	série/ano	Disciplina - Conteúdo
07	3º Ano	LIBRAS: O que se Entende Por Cultura Surda - Aula 1
08	2º Ano	LIBRAS: As Línguas de Sinais no Mundo - Aula 2
09	2º Ano	LIBRAS: Libras - Aula 1
10	2º Ano	LIBRAS: As Línguas de Sinais no Mundo - Aula 2
11	3º Ano	LIBRAS: O que se se Entende Por Cultura Surda - Aula 1
12	3º Ano	LIBRAS: 3º Ano Ensino Médio - O Que Entende Por Cultura Surda - Aula 2 (parte 2)
13	1º Ano	LIBRAS: O protagonismo Surdo - Aula 2

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação aos conteúdos do Ensino Fundamental II (E.F. II) foram identificados 21 vídeos: 7 da disciplina língua portuguesa e 14 dos conteúdos relativos à disciplina Libras. Das videoaulas de português foram encontrados materiais para os estudantes do 4º e 5º ano. No tocante ao conteúdo da Libras foram encontradas videoaulas para os alunos do 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º ano.

Do conteúdo relativo à disciplina português foram identificadas 4 videoaulas para os estudantes do 4º ano, com conteúdo relativos à “Carta de Reclamação - Aula 1”, “Tirinha - Aula 2”, “Texto - Aula 3” e “Estrutura textual - Aula 4”. Para os alunos do 5º ano foram levantadas 3 videoaulas: “Cartum - Aula 1”, “Carta Pessoal (Parte II) - Aula 3” e “Resenha Crítica - Aula 4”.

Dentre os vídeos relativos à disciplina de Libras, foram identificadas as videoaulas para os alunos do 4º ano que mobilizaram os conteúdos: “História Cultural”; 5º ano “Comunidade Surda” e “Lendas em Libras”; 6º ano “Movimentos Surdos” e às “Narrativa em Libras”; 7º ano “Surdo e Língua de Sinais” e “Classificadores”; para o 8º ano “Pronomes” e “História Cultura Surda”; 9º ano “História Cultura Surda” e “Vida Esportiva”.

Do material relativo ao Ensino Médio (E.M) foram encontrados no total 13 vídeos, sendo 6 videoaulas elaboradas para a disciplina de língua portuguesa e 7 videoaulas referentes à disciplina de Libras.

No conteúdo de língua portuguesa do primeiro ano, foram encontradas as videoaulas: “Redes Sociais - Aula 1” e “Classe das palavras: Os Verbos - Aula 2”. Para o segundo ano, as aulas traziam os temas “O uso do E-mail - Aula 1” e “Escrevendo um E-mail - Aula 2”. Para o terceiro ano, os conteúdos disponíveis foram as videoaulas: “Currículo - Aula 1” e “Endereço - Aula 2”.

Em relação aos conteúdos da disciplina de Libras, as videoaulas estão distribuídas da seguinte maneira: 1º ano apresenta um vídeo intitulado “O protagonismo surdo - Aula 2”; para o 2º ano, foram disponibilizados os seguintes títulos “As Línguas de Sinais no Mundo - Aula 1” e “Libras - Aula 1”; para o 3º ano, “O que se Entende Por Cultura Surda - Aula 1” e “O Que Entende Por Cultura Surda - Aula 2”.

Os vídeos em Libras não possuem uma sequência lógica de organização no site, não apresentando os materiais a partir de parâmetros pré-estabelecidos, com agrupamento por níveis de ensino ou por temáticas, por exemplo. A interface humano-computador não é de fácil assimilação, o que interfere na qualidade e na eficácia da ferramenta (PRATES; BARBOSA, 2007), dificultando a organização e o entendimento por conteúdo, nível de ensino e disciplina.

A plataforma *online* “Estude em casa” apresenta dois tipos de interfaces: uma administrativa que permite acesso personalizado por parte dos professores e funcionários; outra, interativa, que atende diretamente a navegação e acesso dos alunos. A interface de acesso dos alunos se dá através da aba “Se Liga na Educação” que hospeda o material relativo ao conteúdo curricular estipulado nas diretrizes Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2020), com videoaulas de: Língua Portuguesa, Literatura, Inglês, Arte, Educação Física, História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Matemática; Biologia, Física e Química. Este conteúdo é voltado para todos os alunos e possui a língua portuguesa como L1 e janela em Libras para os estudantes surdos. É possível assistir às aulas de maneira síncrona, que direciona para o YouTube. Essas aulas são gravadas, editadas e adicionada a janela da Libras ficando disponíveis *online* para acessos.

Desse modo, o conteúdo principal disponibilizado no site, por meio do “Se liga na educação”, está de acordo com as orientações da BNCC, regulamentada por meio do Plano Nacional de Educação (PNE) que traz orientações para os anos de 2014 - 2024 (BRASIL, 2014), e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), respeitando também a Lei de Inclusão pois a gravação das aulas síncronas possibilita edições contendo interpretação e tradução para a Libras, disposta em uma janela no canto inferior direito da tela, conforme pressupostos e orientações legais (BRASIL, 2005; 2009).

Na aba “Se liga na Libras”, dedicada aos alunos Surdos, estão localizadas as videoaulas bilíngues que possuem a Libras como L1. Nessa seção encontram-se aulas referentes às disciplinas língua portuguesa e Libras. A iniciativa da criação de videoaulas com a Libras como primeira língua é um avanço no reconhecimento das lutas dos movimentos sociais, visto que a produção de um material adaptado para os alunos Surdos, por parte da Secretaria Estadual de Educação, amplia a divulgação da língua de sinais e da cultura surda.

Essa iniciativa possibilitou além da divulgação da língua de sinais a mobilização de temáticas envolvendo noções sobre identidade e cultura surda, como é possível observar nas aulas: “LIBRAS: O que se se Entende Por Cultura Surda”, “LIBRAS: História Cultura Surda”, e “LIBRAS: Comunidade Surda”. Esse processo explicita o

reconhecimento legal da diversidade, levando à reflexão sobre a quebra de determinadas estruturas sociais já estabelecidas, como afirma Walsh (2009). No caso da educação voltada para os Surdos, a ampliação de práticas educacionais bilíngue.

No entanto, foram encontradas disparidades na plataforma em relação aos conteúdos disponíveis em língua portuguesa como L1 e em Libras como L1. Há uma grande diferença entre o material disponibilizado nas abas virtuais “Se liga na educação” e “Se liga na Libras”. No caso das videoaulas em Libras identificou-se conteúdos referentes apenas a disciplinas de língua portuguesa e Libras, não havendo conteúdos para Literatura, inglês, artes, educação física, história, geografia, sociologia, filosofia, matemática, biologia, física e química.

A falta de abrangência dos conteúdos não garante a equidade no acesso educacional considerando a perspectiva bilíngue, pois segundo as diretrizes educacionais os estudantes do Ensino Médio devem ter acesso, no mínimo, aos conteúdos de matemática e de inglês, e aos alunos do ensino fundamental II é garantida as disciplinas de arte, educação física, língua inglesa, matemática, ciências, história e geografia, para (BRASIL, 2016).

Outro ponto de análise trata-se da falta de sequência entre os conteúdos disponibilizados na aba “Se liga na Libras”. Por exemplo, no caso das aulas destinadas aos estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental II na disciplina de Português, foi identificada a aula 1 sobre “Cartoon” e a aula 3 sobre “Carta pessoal (parte 2)”. Nesse sentido pode-se intuir que há duas causas que justifiquem a falta de sequência: (i) um erro na nomenclatura das aulas; (ii) a falta dos vídeos referentes às aulas aula 2 sobre “Cartoon” e a aula parte 1 sobre “Carta pessoal”, que não se encontram no site.

Ainda, existe uma ausência de continuidade na abordagem dos objetos de estudo ou planejamento sequencial das aulas, o que contrapõe ao que Masetto *et al.* (2000) descrevem em relação às estratégias de aprendizagem por meio das TIC’s, que devem ser facilitadoras do processo de ensino. A averiguação de que as videoaulas estão aleatoriamente distribuídas na plataforma e que a organização não se encontra agrupada, dificulta a localização pelo usuário, podendo gerar dúvidas e confusão por não seguir uma sequência lógica.

Outra lacuna relativa aos vídeos que possuíam a Libras como L1 está vinculada a falta de legendas em português, o que pode gerar algumas barreiras, como: (i) quando o aluno não tem a aquisição linguística da Libras ou está em processo de aprendizagem dela; (ii) pelo fato da maioria dos alunos surdos serem filhos pais ouvintes que não usam a língua de sinais; (iii) devido à falta da mediação linguística presencial do intérprete.

Schubert e Pereira (2019) descrevem os desafios para a construção de um ensino bilíngue que vá além da flexibilização de conteúdos, necessitando de uma mudança estrutural para a adequação de propostas educacionais inclusivas. Muitos alunos Surdos encontram-se no processo de aquisição da Libras e a escola é um dos únicos ambientes oportunos para a aprendizagem e uso da língua, promovendo a construção da identidade surda (ALVES *et al.*, 2019). Logo, ter acesso aos materiais somente em Libras, sem uma mediação de intérpretes ou legendas para apoiar professores ou tutores nesse processo, pode distanciar o aluno Surdo do entendimento do conteúdo.

Concluiu-se com a análise das videoaulas, direcionadas aos alunos Surdos, que o material em Libras pode ser considerado um avanço tanto legal quanto sociocultural no contexto da educação especial. Entretanto, ainda há muitas lacunas que impossibilitam um acesso equitativo educacional, onde esses alunos não possuem as mesmas possibilidades de acesso aos conteúdos curriculares em sua língua natural. Tal fato faz com que os alunos Surdos se distanciam das possibilidades de terem seus direitos a uma educação de fato bilíngue e equitativa. Se por um lado a iniciativa da Secretaria do Estado de Minas Gerais promove a popularização da Libras, da identidade e cultura surda, por outro lado os conteúdos não contemplam o mínimo exigido pela BNCC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A iniciativa do Governo de Minas Gerais em produzir uma plataforma adequada às demandas da BNCC, regulamentada por meio do PNE 2014-2024, foi um passo importante para apoiar a retomada de atividades durante o período remoto em um momento pandêmico.

As diferentes TDIC imbuídas na Plataforma “Estude em casa”, tais como os planos tutorados, o programa televisivo, os materiais avaliativos para educação no ensino fundamental e ensino médio, trouxeram suporte em um momento em que todos estavam se reinventando. Desse modo, viu-se professores transformando suas casas em salas de aula virtuais, os estudantes e suas famílias fazendo com que os ambientes privados se adaptassem ao ensino remoto. Professores e alunos lidaram com a crise sanitária, social e econômica, que reafirmou as desigualdades sociais já existentes e gerou mais desigualdades digitais.

Foram analisados no presente estudo 34 videoaulas que possuíam a Libras como primeira língua, disponíveis na plataforma “Estude em Casa” na aba “Se liga na Libras”. A partir da seleção e catalogação dos vídeos foram revisitados os marcos legais e a discussão da vertente crítica decolonial com o objetivo de refletir sobre os avanços e as limitações encontradas no material didático bilíngue disponibilizado na plataforma durante o ensino remoto.

As videoaulas bilíngues não contemplavam todas as disciplinas do ensino Fundamental II e Médio, conforme as orientações da BNCC. Algumas disciplinas não apresentaram uma sequência em seus conteúdos disponibilizados no ambiente virtual. Ainda, os vídeos não possuíam tradução e legenda em português, podendo ser um obstáculo para aqueles alunos Surdos que não conheciam todos os sinais da Libras ou estavam aprendendo-a.

A teoria decolonial nos permitiu perceber o material de forma crítica e reflexiva, analisando brechas para melhor visualizar possíveis caminhos para a desconstrução de barreiras sociais e linguísticas estruturalmente estabelecidas. Esse arcabouço teórico nos mostra o quanto ainda estamos engessados em um modelo educacional vigente, que ainda precisa de muitas lutas dos movimentos sociais em busca de políticas educacionais que busquem uma nova perspectiva de educação, principalmente em se tratando dos alunos Surdos. Torna-se necessárias práticas pedagógicas de fato bilíngue, bicultural e que contemple currículos e materiais coerente com as particularidades dos alunos. Uma nova perspectiva educacional que converte os marcadores sociais das diferenças em uma lógica que contrapõe modelos educativos hegemônicos.

REMOTE TEACHING AND ACCESSIBILITY IN DEAF EDUCATION: AN ANALYSIS OF THE "SE LIGA NA EDUCAÇÃO" PLATFORM

ABSTRACT

Reflecting on the impact of school closures and the temporary substitution of the face-to-face system for the remote learning system exposed challenges and obstacles to be faced in the educational sphere. The adjustment to this new reality has exposed the great inequality in terms of resources for the implementation of the remote system. Based on decolonial theory, we sought to reflect critically on the colonial history of educational exclusion of Deaf subjects. analyze the bilingual didactic material produced by the Secretary of Education of the State of Minas Gerais and made available online in order to serve Deaf students during the remote period. As a methodological path, the video lessons of the platform "Se liga na Educação" were investigated, to identify and understand the material aimed at Deaf students, who use Libras as their first mother tongue (L1). We conclude with the analysis of the video lessons, that the material in Libras can be considered both a legal and sociocultural advance in the context of education for deaf students. However, there are still many gaps that make it impossible for deaf students to have equal access to school content. It was observed that the lack of subtitles in the videos created some barriers. In addition, it was identified a gap related to the absence of programmatic content defined by the National Curricular Bases, in the case limited to some content of the Portuguese language and the discipline of Libras.

KEYWORDS: Remote teaching. Libras. Digital Platform.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Teachers College – Universidade de Columbia e a Fundação Lemann pelo apoio financeiro e científico.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. D. *et al.* Práticas de leitura e escrita no Ensino Superior por uma acadêmica surda usuária de Libras na perspectiva da Educação de Jovens e Adultos. **Rev. Bras. de Educ. de Jov. e Adultos**. Salvador, vol. 7, ahead of print, 2019. Disponível em:
<https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/9842>
Acesso em: 03 mar. 2022.

ASSÊNSIO, C. B. Comunidade Surda - notas etnográficas sobre categorias, lideranças e tensões. 2015. Disponível em:
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-01032016-145531/publico/2015_CibeleBarbalhoAssensio_VCorr.pdf . Acesso em: 30 mar. 2022.

BISOL, C.; SPERB, T. M. Discursos sobre a Surdez: Deficiência, Diferença, Singularidade e Construção de Sentido. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 26, n. 1, p. 7-13, jan. 2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ptp/a/SQkcz9tT9tyhYBvZ4Jv5pfj/abstract/?lang=pt>.
Acesso em: 30 mar. 2022.

BRASIL. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. Portaria nº 343, de 18 de março de 2020. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 18 mar. 2020. Edição: 53, Seção: 1, p. 39. Disponível em:
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 14 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841. Disponível em:
<https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=Art.+62+da+Lei+de+Diretrizes+e+Bases+Lei+9394%296> . Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a **Língua Brasileira de Sinais** – Libras e dá outras providências. Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Organização das Nações Unidas – ONU. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 de ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-010/2009/Decreto/D6949.htm. Acesso em: 09 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, 2020. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, PCN. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 5 out. 2021.

BRASIL. Medida Provisória Nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a **Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 set. 2016. Brasília, DF, 20 dez. 2016. Disponível: DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Disponível: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n343-de-17-de-marco-de-2020-24856437>. Acesso em: 27 set. 2021.

BOVEDA, M.; MCCRAY, E. D. Writing (for) our lives: Black feminisms, interconnected guidance, and qualitative research in special education, **International Journal of Qualitative Studies in Education**. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09518398.2020.1771465>. Acesso em: 01 out. 2021.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARNEIRO, L. *et al.* Uso de tecnologias no ensino superior público brasileiro em tempos de pandemia COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5485>. Acesso em: 26 set. 2021.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 26 set. 2021.

GEDIEL, A. *et al.* A disciplina de Libras como espaço de reflexões críticas e decoloniais na formação de professores. **Gláuks - Revista De Letras E Artes**, Viçosa, v. 20, n. 1, p. 172-197, 2020. Disponível em: <https://www.revistaglauks.ufv.br/Glauks/article/view/185>. Acesso em: 15 nov. 2021.

GELLER, M. **Educação a Distância e Estilos Cognitivos: construindo um novo olhar sobre os ambientes virtuais**. 2004. Tese (Doutorado em Informática na Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto, Universidade de Algarve, 2006.

MASETTO, M. T. *et al.* **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papyrus, 2000.

MARILENE, D.; MEYER, V. A importância da LIBRAS para inclusão escolar do surdo. In: **Cadernos PDE: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Org. Governo do Estado do Paraná, Paraná, v. 1. 2016. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/86295162/a-importancia-da-libras-para-inclusao-escolar-do-surdo>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 31ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MIGNOLO, W. Educación y decolonialidad: aprender a desaprender para poder reaprender. [Entrevista cedida a] Facundo Giuliano e Daniel Berisso. **Revista del IICE**, Buenos Aires, n. 35, p. 61-71, 2014. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/iice/article/view/1961/1807>. Acesso em: 30 jun. 2021.

PADDEN, C.; HUMPHRIES, T. **Inside Deaf Culture**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2006.

PARDO, F. S. Decolonialidade e ensino de línguas: perspectivas e desafios para a construção do conhecimento corporificado. **Revista Letras Raras**. Campina Grande, v. 8, n. 3, p. 200-221, set. 2019. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/article/view/1422>. Acesso em: 04 set. 2021.

PRATES, R. O.; BARBOSA, S. D. J. Introdução à Teoria e Prática da Interação Humano-Computador fundamentada na Engenharia Semiótica. In: KOWALTOWSKI, T.; BREITMAN, K. (orgs.) **Jornadas de Atualização em Informática**, JAI, p. 263-326, 2007.

QUADROS, R. M. **O bi do bilingüismo na educação de surdos**. In: QUADROS, R. Surdez e bilingüismo. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006, v.1, p. 26-36. Disponível em: <https://www.cultura-sorda.org/wp-content/uploads/2015/03/MuellerdeQuadros-2005.pdf> . Acesso em: 03 mar. 2022.

SCHUBERT, S. E. M.; PEREIRA, M. F. R. Limites e possibilidades de formação de professores para a educação bilíngue de surdos: superação do colonialismo. In: (org) SCHUBART, S. *et al.* **Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira**. Ponta Grossa: Atena, v. 12, p. 388–416, 2019. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/24639>. Acesso em: 05 abr. 2020.

SILVA, C. M. *et al.* Inclusão Escolar: Concepções dos Profissionais da Escola sobre o Surdo e a Surdez. **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 465-479, jul./set. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v38n3/1982-3703-pcp-38-3-0465.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

STEVANIM, L. F. Exclusão nada remota: desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia. **RADIS: Comunicação e Saúde**, Rio de Janeiro, n. 215, p. 10-15, ago. 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43180> . Acesso em: 03 mar. 2022.

WALSH, C. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: In-surgir, re-existir e re-viver. In: V. M. Candau (org), **Educação intercultural na América Latina: Entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 letras, p. 12-42, 2009.

WALSH, C. E. *et al.* Colonialidade e pedagogia decolonial: Para pensar uma educação outra. **Education Policy Analysis Archives**, v. 26, n. 1, p. 112, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6584832>. Acesso em: 22 mai. 2021.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. 1990. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 27 set. 2021.

ZANACANARO, L. A.; ZANACANARO, T. M. A educação de surdos sob a perspectiva da inclusão: reflexões sobre a adaptação de conteúdos. **Revista Sinalizar**, Goiás, v.1, n.1, p. 1-11, jan. jun, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revsinal/article/view/36178> . Acesso em: 03 mar. 2022.

Recebido: 08 out. 2021.

Aprovado: 19 out. 2021.

DOI: 10.3895/rbect.v15n1.14798

Como citar: SOUZA, A. L. S.; LEONOR, A. C. C.; GEDIEL, A. L. B. Ensino remoto e acessibilidade na educação de surdos: uma análise crítica decolonial da plataforma "Se Liga Na Educação". **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, Ponta Grossa, Edição Especial, p. 138-154, abr. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/14798>>. Acesso em: XXX.

Correspondência: André Luis Santos de Souza - andreconatus@gmail.com

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

